

25 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

Setor de frigoríficos é alvo de nova ação na Publicano

Ação de improbidade da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina envolve 20 auditores, três empresas e cinco empresários e contadores

Empresário de um frigorífico de Arapongas que resistiu ao assédio de um auditor acabou multado

em R\$ 172 mil

Loriane Comeli

Reportagem Local

O setor de frigoríficos é o alvo da 16ª ação por improbidade administrativa interposta pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina para reaver dinheiro acrescido ilicitamente ao patrimônio de 20 auditores, três empresas e cinco empresários e contadores a elas relacionados. A ação foi interposta há um mês – em 18 de abril –, porém, o sigilo somente foi levantado nesta quarta-feira (24). O juiz responsável, Marcus Renato Nogueira Garcia, da 2ª Vara da Fazenda Pública, concedeu liminar decretando a indisponibilidade de bens de parte dos envolvidos, mas somente as partes têm acesso a ele.

Assinada pelos promotores Ricardo Benvenhu e Renato de Lima Castro, do Patrimônio Público, e Leila Schimiti e Jorge Barreto da

Costa, do Gaeco, a ação narra cinco fatos de exigência de propina, que configuram improbidade administrativa. No primeiro, um auditor pediu e recebeu R\$ 12 mil de um frigorífico de Londrina, cujo dono fez acordo de delação premiada com o MP, confessando ter pagado a vantagem indevida para evitar ser multado por sonegação. A entrega do dinheiro teria ocorrido em via pública, em agosto de 2006.

Este mesmo frigorífico, anos mais tarde, em 2014, fez novo acordo de corrupção. Ao ser abordado com o pedido de R\$ 400 mil, o dono aceitou pagar R\$ 50 mil, em dez parcelas. Pagou a primeira no começo de 2015 e não foi mais cobrado. Em março de 2015, foi deflagrada a Operação Publicano pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que havia seis meses já investigava o esquema corrupto na Receita Estadual.

Outro fato narra o caso de frigorífico de Londrina que aceitou pagar R\$ 150 mil de propina em 2011. A abordagem foi feita em sua empresa e na sede da Receita, onde o empresário pagou o montante, em quatro oportunidades diferentes, sempre em dinheiro. Foi a própria auditora que abordou o empresário que relatou como os fatos teriam ocorrido. Ainda em outro caso, ocorrido em 2010, o pedido também foi de 150 mil – aceito pelo empresário, que acabou multado em apenas R\$ 18 mil.

No último fato narrado, o empresário de um frigorífico de Arapongas resistiu ao assédio de um auditor, feito no final de 2014, por intermédio de um contador. Acabou multado em R\$ 172 mil.

CONTINUA

25 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

BLOQUEIO

A 17ª ação por improbidade, objeto de reportagem publicada pela FOLHA na edição de terça-feira (23), já teve a liminar deferida – o teor daquela decisão também está sob sigilo, acessível apenas às partes. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério Público (MP), a decisão, com data de 10 de maio, determinou a indisponibilidade de bens de 17 auditores, três empresas e três empresários, relacionados ao segmento de plásticos e brinquedos, num total de R\$ 6,25 milhões, correspondentes ao valor atualizado das “propinas” recebidas pelos auditores.

Ainda de acordo com a assessoria, a 18ª ação também já foi protocolada, mas ainda está sob sigilo. Neste caso, a liminar foi deferida em 16 de maio e bloqueou bens de 16 auditores, três empresas e quatro empresários, ligados ao segmento de tintas e vidros, num total de R\$ 24,26 milhões, também correspondentes aos valores recebidos indevidamente e atualizados.

Dia Nacional da Adoção: qual a sua concepção de adoção?

Gilmara Lupion Moreno

O que é adoção para você? Uma opção para adultos com problemas de fertilidade ter filhos? Uma chance para as crianças que por algum motivo vivem nos abrigos à espera de um pai e uma mãe? Um ato de caridade, uma ação bondosa, um ato nobre... Você adotaria uma criança? Não, por quê? Você acredita que o filho adotivo sempre dá problemas? Ou será, por que você não conhece a origem, a genética dos pais biológicos? Você tem medo que ele cresça e queira conhecer os seus pais biológicos? Se quando você era criança tinha medo de ter sido adotado pelos seus pais... Ou então, cresceu ouvindo os adultos dizerem que fulano era filho de criação do dono do mercadinho... A dona fulana pegou uma menina para criar e ajudar nos serviços da casa... Ou ainda, que os seus vizinhos tinham dois filhos deles e um adotado... Provavelmente, você cresceu achando que a adoção não é uma coisa boa, é uma segunda opção, o plano B, para se tornar filho ou filha, pai ou mãe.

Essas questões refletem alguns mitos e preconceitos sobre adoção, o maior deles está relacionado à herança genética, ou seja, que as habilidades, a inteligência, o comportamento, o caráter das crianças são características "imutáveis" herdadas biologicamente. Como na maioria dos casos as crianças adotáveis são aquelas que foram concebidas por homens e mulheres vítimas da pobreza, das drogas, da violência... Logo, são crianças tidas como "problema", uma ameaça para os adotantes. Mesmo não existindo comprovação científica para tal ideia, muitas pessoas acreditam nesse mito, alimentando o preconceito contra a adoção.

Isso significa pensar que os filhos biológicos são concebidos com certificado de garantia, de que serão saudáveis, inteligentes, bom caráter, amáveis, que não apresentarão "problemas", pois possui o sangue, a genética dos seus genitores. Sabemos que não, muitas famílias constituídas geneticamente enfrentam dificuldades

na educação dos seus filhos, o que também pode acontecer ou não com as famílias constituídas por adoção. A ideia não é criar mais um embate, dentre os vários que temos vivenciado atualmente, desrespeitando o direito das pessoas de pensar diferente, de expor sua opinião sobre esse ou aquele assunto.

O que pretendemos com o Dia Nacional da Adoção, é convidar a sociedade brasileira para refletir sobre a adoção de crianças e adolescente no Brasil. A data surgiu em 1996, no I Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção, realizado nos dias 24 e 25 de maio. Em 2002, o projeto de lei foi sancionado pelo presidente da República.

Acreditamos que é possível e necessário superarmos os mitos e preconceitos da adoção, quando nos empenhamos na construção de uma nova cultura da adoção. Precisamos desmistificar a

adoção mostrando à sociedade que é possível a constituição de famílias por esta via de filiação, que gerar é diferente de ser pai e mãe, quem gera é genitor (a), que filhos adotivos são filhos de verdade, que educar não é uma tarefa fácil, sejam eles filhos biológicos ou adotivos.

Temos avançado no que diz respeito à construção de uma cultura da adoção no Brasil, com a constituição dos Grupos de Apoio à Adoção, a publicação de livros sobre adoção para adultos e

crianças, a pesquisa científica sobre adoção, a presença do tema na imprensa televisiva e imprensa etc. Entretanto, ainda presenciamos atitudes preconceituosas em relação aos filhos e pais adotivos, ou então, o "silêncio" sobre esse assunto, ainda tido como um tabu. Esperamos que a data de hoje contribua para que possamos refletir sobre a adoção garantindo às crianças a espera de uma família, o direito à convivência familiar.

GILMARA LUPION MORENO

é pedagoga, docente do departamento de Educação da UEL e membro do Grupo de Apoio à Adoção Trilhas do Afeto

“

Precisamos mostrar à sociedade que é possível a constituição de famílias por esta via de filiação

25 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

Aécio entrega passaporte e tem 15 dias para se manifestar sobre prisão

Leticia Casado

Folhapress

Brasília - Os advogados do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) entregaram nesta quarta (24) o passaporte do tucano ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Aécio também foi notificado para se manifestar em até 15 dias do pedido de prisão feito pela PGR (Procuradoria-Geral da República). Ele é investigado junto com o presidente Michel Temer e o deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) em inquérito aberto no STF a partir da delação da JBS.

Na semana passada, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, negou pedido de prisão de Aécio e do deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Ao negar o pedido de prisão, Fachin impôs medidas cautelares ao senador e ao deputado, como suspensão das funções parlamentares "ou de qualquer outra função pública", proibição de contatar outro investigado e de sair do país, e mandou que entregassem seus passaportes.

Na segunda (22), Janot recorreu da decisão. Ele pediu a reconsideração e, em caso de negativa, solicitou que o recurso seja levado com urgência ao plenário do STF.

Aécio recorreu da decisão de Fachin de afastá-lo das funções de senador.

Segundo Janot, as gravações ambientais e grampos telefônicos decorrentes da delação premiada de executivos do grupo J&F, que controla a JBS, demonstraram que os parlamentares "vêm adotando, constante e reiteradamente, estratégias de obstrução de investigações da Operação Lava Jato".

25 MAI 2017

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Estagnação histórica

Como tudo se repete no Brasil: os mesmos políticos, com as velhas práticas, recriam o cenário que se reproduz. Até os peritos criminais são os mesmos: Badan Palhares e Ricardo Molina, aqueles que estavam no olho do furacão quando da queima de arquivo com a morte de PC Faria e sua amante. E apareceu ali um novo legista: o professor Sanguinetti, ora novamente por aí dando seus pareceres.

Com a aura de especialistas, suas intervenções são sempre aguardadas, posto que naquele evento, uma sequência das façanhas do período Collor, tudo persistisse em mistério. Agora, como defensor do presidente Michel Temer, com a rapidez de um raio, contesta e com vários referenciais técnicos a integridade da gravação de Wesley Batista. A aura técnico-científica, que se atribui à mediação pericial, passa a ter a mesma subjetividade da retórica advocatícia, o sentido da interpretação e que ganha mais força no renome do profissional que a assina.

Já deu para perceber a controvérsia entre laudos e pareceres, mas há quem afirme que a tal gravação não teria sofrido qualquer tipo de manipulação. A diferença está na postura do STF nesse momento propensa a enquadrar figuras antes inabordáveis, o que decorre também da frequência com que são adotadas medidas excepcionais como abertura de investigação, suspensão temporária de mandato e cassação como as diversas já havidas, das mais recentes as que fixaram “capitis diminutio” para o senador Aécio Neves e o deputado Rocha Loures. O fato novo a saudar em muitos aspectos e a lamentar em outros é a delação premiada, que sai superexposta dos acontecimentos e exigindo, por certo, mudança de regulação. Banditismo com reincidência específica e genérica e mais compensado do que punido como o da JBS é algo sério para rever. A pulsão denunciatória, por mais produtiva que seja, não oferece respostas à delinquência habitual e transformada em rotina no prêmio da delação.

25 MAI 2017

BEM PARANÁ

Paraná tem 28 crianças desaparecidas atualmente

Em 2016 foram 47 ocorrências em Curitiba e Região Metropolitana.
Maioria teve desfecho positivo

Rodolfo Luis Kowalski

No dia 13 de dezembro de 2016 a jovem Tatiele Terra Felipe, de apenas 10 anos, acordou por volta das 9h30. Tão logo se levantou partiu para comprar um doce num bar próximo da residência em que morava com a avó, Eva de Fátima Ferreira, em Cascavel. Ao retornar para casa, avisou Dona Eva que sairia novamente, desta vez para pegar uma ferramenta emprestada. Desde então, nunca mais foi vista.

O caso de Tatiele foi um dos muitos desaparecimentos de crianças registrados no Paraná ao longo do ano passado, sendo 20 somente em dezembro. Segundo informações do Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride), apenas em Curitiba foram 15 ocorrências em 2016. Considerando-se toda a Região Metropolitana, o número salta para 47. Hoje é o Dia Internacional das Crianças Desaparecidas.

Na maioria das situações, felizmente, o desfecho é positivo, com a criança sendo localizada com vida em mais de 95% dos casos. Desde 1982, segundo a Polícia Civil e a Secretaria de Segurança Pública, são 28 os casos de desaparecimento de crianças que permanecem sem desfecho, metade deles registrados em Curitiba e Região Metropolitana.

Dos desaparecimentos registrados no ano passado, somente dois ainda estão em aberto, um deles o de Tatiele e outro envolvendo um menino de 9 anos chamado Oziel de Godoy Muniz, que desapareceu em 8 de outubro na área rural de Rio Branco do Ivaí. Em outras duas situações as crianças foram localizadas, mas sem vida.

De acordo com a delegada do Sicride, Iara Dechiche, os casos de desaparecimento de crianças apresentam similaridades. Em sua maioria são jovens entrando na pré-adolescência, com 11 anos de idade, e majoritariamente do sexo masculino (53% são meninos e 47%, meninas).

"A maioria (dos desaparecimentos) envolvem desentendimentos familiares, as vezes a criança está sofrendo um abuso e a família não sabe ou então sofre maus tratos e resolve sair de casa. Também há muitos casos em que o menor sai de casa por rebeldia, porque os pais cobraram alguma coisa, como notas, ou então simplesmente porque ela resolve que quer viver fora de casa", aponta a delegada.

CONTINUA

25 MAI 2017

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

COMO AGIR EM CASO DE DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS

Meu filho desapareceu, o que devo fazer?

- ☞ Em primeiro lugar, manter a calma
- ☞ Caso esteja sozinho, peça auxílio para que acionem imediatamente a polícia. Não existe prazo para comunicar o desaparecimento, faça-o imediatamente
- ☞ Manter alguém no local onde a criança foi vista pela última vez, pois ele poderá retornar ao local
- ☞ Deixar alguém no telefone indicado no cartão de identificação da criança, até para centralizar informações
- ☞ Avisar amigos e parentes, o mais rápido possível, principalmente os de endereço conhecido da criança, para onde ela possa se dirigir
- ☞ Percorrer os locais de preferência da criança
- ☞ Ter sempre a mão foto da criança
- ☞ Ter em mente a vestimenta da criança para descrevê-la, procurando vesti-la com roupas detalhadas, de fácil visualização e identificação

Motivos para o desaparecimento

- ☞ Castigos excessivos e exagerados, desproporcionais ao fato. Ex: a criança comete uma pequena falta e leva uma surra
- ☞ Repressão excessiva, excesso de controle
- ☞ Desleixo dos pais, a criança sente-se rejeitada e desprezada e foge para chamar a atenção
- ☞ Muitas das fugas do lar têm por motivos o mau desempenho escolar, as responsabilidades domésticas que são atribuídas a elas e até mesmo pequenos ofícios, como venda de doces e salgadinhos
- ☞ O espírito aventureiro também é um dos grandes responsáveis pela fuga de crianças. Nunca elogie demais seus filhos, afirmando que eles são bastante espertos, pois isto lhes proporciona uma falsa sensação de segurança e auto-afirmação
- ☞ Fique atento à mudança de comportamento de seu filho, pois isto pode indicar que o mesmo poderá fugir de casa
- ☞ Uma boa conversa com seu filho, pode livrar você de momentos de angústia e desespero

Não é preciso esperar para notificar sumiço

Diferente do que muitos podem imaginar, não é preciso esperar 24 ou 48 horas para comunicar a polícia sobre o desaparecimento de alguém. O recomendado é informar as autoridades tão logo seja notado o desaparecimento da criança, sendo importante ainda pedir para alguém ficar no local onde a criança foi vista pela última vez, caso ela retorne ao local, avisar todos os amigos e parentes próximos, além de ir aos locais onde o pequeno gosta de visitar com uma foto, caso tenha alguém para perguntar sobre a criança.

“Essa história de esperar 24, 48 horas para registrar (o B.O.) não existe. Foi uma lenda que surgiu e as pessoas começaram a usar achando que tem de esperar”, diz delegada Iara Dechiche. “Assim que perceberem o desaparecimento, os responsáveis devem procurar a Guarda Municipal, a Polícia Militar ou a Polícia Civil na delegacia mais próxima, levando os documentos e uma foto recente da criança. Quando mais rápido fomos avisados, mais rápido vamos agir e maiores são as chances de localizar esse menor”.

Atualmente, um comunicado sobre desaparecimento vale para todo o País e todas as polícias podem buscar informações no banco de dados.

CONTINUA

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

25 MAI 2017

Data

O Dia Internacional das Crianças Desaparecidas é uma homenagem ao caso de Etan Patz. Em 25 de maio de 1979, o menino de 6 anos desapareceu enquanto voltava da escola, em Nova York. Desde então, amigos e familiares do jovem se reúnem na data de seu desaparecimento para conscientizar a população sobre os cuidados necessários para se evitar mais tragédias e, em 1983, o dia 25 de maio foi oficializado como uma data dedicada a todas as crianças desaparecidas. Ele nunca foi encontrado, sendo declarado morto em 2001.

Em março deste ano, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República desenvolveu campanhas com o objetivo de resolução e divulgação de casos de desaparecimento. Desde 2011, a semana de mobilização ocorre para conscientizar o público sobre o fenômeno de desaparecimento de crianças. Além disso, as ações buscam mobilizar a população para a necessidade de registrar os desaparecimentos no Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, criado desde 2010.

Os casos mais antigos ainda em alerta

Dos 28 casos de desaparecimento de crianças ainda em aberto no Paraná, sete foram registrados nesta década, oito na passada, nove nos anos 1990 e quatro na década de 1980. O baixo número de ocorrências nas duas últimas décadas se explica — é que o Sicride foi criado no Paraná em 1996 e, desde então, a maioria dos casos têm sido resolvidos.

O caso mais antigo remete a 29 de março de 1982. Naquele dia, Ednilton Palma, que na época tinha 10 anos de idade, desapareceu em Maringá, no Norte do Estado. Sua mãe, Delva Fiúza Palma, mantém até hoje esperanças de localizá-lo. O outro caso, registrado em 18 de julho de 2016, foi o desaparecimento de Adriano

Marques da Silva, então com oito anos de idade. A última vez em que ele foi visto estava no Centro de Cascavel, no Oeste do Paraná.

Outro caso, talvez o mais conhecido no Paraná, é o do menino Guilherme Caramês, desaparecido em 1991, quando tinha oito anos. O caso ganhou projeção nacional.

A Polícia Civil e outros órgãos de segurança pública mantêm fotos das crianças desaparecidas, com nome, cidade do desaparecimento, idade na época do ocorrido. Em alguns casos, quando o desaparecimento tem muito tempo, até mesmo fotos simulando como estariam estas crianças atualmente, são divulgadas.

Por ano, 40 mil notificações

No Senado, está em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei que determina a divulgação pela televisão das informações do Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas. A inserção seria feita diariamente nos intervalos da programação das emissoras, por no mínimo um minuto, no período compreendido entre 18 e 22 horas. Estima-se que 40 mil crianças e jovens desapareçam anualmente no Brasil. No site www.desaparecidos.gov.br qualquer pessoa consegue registrar o desaparecimento de uma criança ou adolescente.

Para evitar problemas

Segundo a delegada do Sicride, Iara Dechiche, muitas vezes, depois de a família registrar o boletim de ocorrência informando desaparecimento, a criança acaba aparecendo. Nessas situações, a Polícia Civil deve ser informada sobre o retorno. Do contrário, o inquérito permanecerá em aberto, com alerta sobre o desaparecimento no Brasil inteiro, o que pode provocar grandes transtornos. “Então pode acontecer uma porção de problemas, como algum parente sair com a criança e acabar preso porque ela é considerada desaparecida”, explica a delegada.

25 MAI 2017

Tortura

BEMPARANÁ

Justiça condena seis policiais

Seis policiais militares foram condenados a quatro anos e um mês de prisão por crime de tortura. A decisão, do Juízo da 11ª Vara Criminal da Capital, atendeu ação penal proposta pelo Ministério Público do Paraná, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Os PMs também perderam os cargos e estão inabilitados para função pública por oito anos e dois meses.

De acordo com a denúncia do Gaeco, o caso ocorreu na noite de 20 julho de 2015, por volta das 21 horas. Os policiais abordaram dois suspeitos na Cidade Industrial de Curitiba. Os homens foram mantidos na casa de um deles, na CIC, pelos policiais. Foram algemados e torturados por cerca de uma hora e meia com socos, chutes e asfixia, entre outras violências (inclusive agressões de ordem sexual e ameaças de morte).

Conforme a decisão judicial, os PMs devem cumprir a pena em regime semiaberto. Cabe recurso. A Justiça determinou ainda a possibilidade dos réus recorrerem em liberdade.

25 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

FHC, Lula e Sarney articulam o pós-Temer

Desde que as delações da JBS foram divulgadas, ex-presidentes lideram conversas em busca de saída para a crise

Para aliados de Temer, a escalada da crise, com os primeiros protestos violentos, precipita uma concertação

**BRUNO BOGHOSSIAN
MARINA DIAS**
DE BRASÍLIA

As articulações para a substituição do presidente Michel Temer evoluíram nas três principais forças políticas do país — PMDB, PSDB e PT — e agora envolvem diretamente três ex-presidentes da República: Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e José Sarney.

Desde a última quinta (18), quando foram divulgados os detalhes da delação da JBS que envolvem Temer, eles têm liderado conversas suprapartidárias em busca de um consenso para a formação de um novo governo, caso o peemedebista seja cassado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Os três caciques, pontos de contato nos diálogos que acontecem reservadamente em Brasília e São Paulo, cuidam para que os debates não ganhem caráter partidário.

As conversas estão pulverizadas, uma vez que, por ora, cada sigla traça caminhos diferentes para o desfecho da crise.

Do lado do PSDB, fiel da balança do governo, FHC se tornou referência e, segundo relatos de tucanos, já abriu contato com parlamentares do PT. Além disso, é o mais importante interlocutor do presidente do TSE, Gilmar Mendes, considerado “peça-chave” para viabilizar a saída institucional de Temer.

“O Brasil exige o que temos de melhor e não o que temos de pior”, disse à **Folha** o senador Jorge Viana (PT-AC), um dos emissários petistas nas conversas com integrantes do PSDB e do PMDB.

Nesta semana, Viana esteve em dois jantares na casa da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) para discutir soluções com aliados do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), líder peemedebista no Senado e opositor de Temer.

Na terça-feira (23), o senador petista se encontrou com Lula. O ex-presidente disse que o partido precisa insistir na defesa das eleições diretas. Até aqui, Lula não acredita que um perfil “de centro” será incluído pela base de Temer no processo de eleições indiretas e diz que a ventilação do nome do ex-ministro Nelson Jobim, que tem sua simpatia, tem o objetivo de “adoçar a boca do PT”.

Apesar da determinação dada à cúpula petista, Lula se mantém disposto a conversar com as lideranças políticas que trabalham exclusivamente com a alternativa de eleições indiretas para escolher o sucessor ao Planalto.

Na avaliação de aliados de Temer, a escalada da crise, com os primeiros protestos violentos contra o governo, nesta quarta-feira (24), precipita uma concertação que envolve o trio de ex-presidentes.

Eles acreditam que a articulação suprapartidária pode reduzir a tensão do ambiente político e permitir uma transição suave a partir do

juízo do TSE, que começa no dia 6 de junho e pode tirar Temer do poder.

Nesse cenário, Lula tem sido estimulado a procurar FHC em busca de entendimento. Aliados de Temer consideram essa conversa fundamental porque o petista tem pontes com movimentos sindicais e sociais à frente dos protestos, e o tucano é o principal conselheiro do pilar de sustentação de Temer.

O ex-presidente José Sarney, por sua vez, esteve com Temer na segunda (22) e, no dia seguinte, recebeu parlamentares do PMDB e dirigentes tucanos.

25 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Acordo açodado

Negociadas de afogadilho pela Procuradoria-Geral, delações da JBS resultam em benefícios inaceitáveis para os proprietários da empresa

A mais fulminante sequência de denúncias de que se tem notícia, no extenso rol de revelações da Lava Jato, trouxe consigo um efeito colateral preocupante e, em boa medida, imprevisível pelos tantos que se entusiasmaram com o andamento das investigações.

Os termos em que se deu o acordo de delação premiada com os donos da JBS, conhecidos nos últimos dias, direcionaram ao Ministério Público parte das indignações que suscitam as atitudes dos suspeitos de corrupção.

Com efeito, é de estranhar que tenha resultado tão vantajosa, para os irmãos Joesley e Wesley Batista, sua disposição de colaborar com as autoridades.

Parece alto, sem dúvida, o valor do que ofertaram em troca — e este é o argumento básico da Procuradoria-Geral da República em defesa do acerto. São acusações envolvendo mais de 1.800 candidatos a cargos eletivos e, sobretudo, o registro de uma conversa, entre embaraçosa e comprometedora, com o presidente da República.

Houve, ainda, cobrança de multa — que, embora de dimensões bilionárias, não chega a representar prejuízo severo para os envolvidos.

Tudo considerado, sobressai a sensação de que os delatores desfrutaram, afinal, de uma injustificável benevolência graças às infor-

mações que transmitiram, ainda por serem confirmadas.

Foi-lhes autorizado permanecer no comando da empresa — o que, pelo raciocínio vigente em outras decisões da Lava Jato, poderia significar vista grossa à eventual continuidade de seus atos delitivos.

A Joesley assegurou-se o direito de permanecer nos EUA, sem sofrer embaraços por tudo o que confessadamente urdiu contra a sociedade brasileira.

O mecanismo da delação premiada deve, naturalmente, corresponder ao nome — admitindo sensível redução das penas previstas. O prêmio, todavia, não pode chegar à quase impunidade.

Importa investigar, ademais, os indícios de que o grupo JBS teria alcançado lucros especulativos graças ao impacto das delações. Seria somar a provocação à sem-cerimônia, o cinismo ao insulto.

Colhe-se, de todo o episódio, uma impressão de açodamento, em contraste com os meses consumidos na tomada dos depoimentos de dirigentes da Odebrecht.

Em seguida, por iniciativa do Supremo Tribunal Federal, vem a público o conteúdo de milhares de conversas particulares, sem real pertinência para as investigações.

Foi o que se fez, em flagrante violação ao princípio constitucional do sigilo da fonte, com os telefonemas entre o jornalista Reinaldo Azevedo e uma das acusadas.

Conseguiu-se assim ampliar o sentimento — já presente em outras ocasiões — de que as autoridades cedem às tentações do arbítrio, da onipotência e da precipitação.

25 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

RODRIGO JANOT

O custo de romper o círculo da corrupção

Os irmãos Batista trouxeram provas muito consistentes que auxiliaram a ação controlada pela polícia. Tudo isso só foi possível nos termos acordados

A realidade sempre sai em vantagem quando é confrontada pela ilusão. A afirmação é perfeitamente compreendida por todos aqueles que, diante de um dilema, foram compelidos a tomar decisões graves, que exigiram ponderações e escolhas difíceis. São os "hard cases", dos quais não há saída perfeita.

Pela natureza da nossa instituição, talhada para a persecução penal, é evidente que, se fosse possível, jamais celebraríamos acordos de colaboração com nenhum criminoso.

No campo plasmável da vontade, desejamos o rigor máximo para todos os que transgridem os limites da lei penal, sem concessões. Mas, desafortunadamente, o caminho tradicional para aplicação da lei penal tem-se mostrado ineficaz e instrumento de impunidade.

Não é por outra razão que o acordo de colaboração foi pragmaticamente acolhido, em grande parte dos ordenamentos jurídicos do mundo ocidental, como exigência indispensável no combate às organizações criminosas.

O fato incontornável, porém, é que, defrontado com a realidade e premido pelo senso de responsabilidade para com o país, apartei-me da utopia, do personalismo e do aplauso fácil para arrostar a decisão de celebrar o acordo com os donos do grupo empresarial J&F.

Depois da colaboração da Odebrecht, o alvo da vez é o acordo com os proprietários do grupo J&F. Quando acreditávamos que nada mais poderia ser desnudado em termos de corrupção, esse acordo demonstrou que três anos de intenso trabalho da Lava Jato não foram suficientes para intimidar um sistema político ultrapassado e rapineiro. Autoridades em altos cargos continuavam a corromper, e ainda se deixavam ser corrompidos, sem receios ou pudor.

Isso, no entanto, pareceu de pouca gravidade para alguns. Um importante veículo de imprensa, em editorial, sintetizou as críticas: a) os áudios não foram periciados; b) o acordo foi brando com os colaboradores; c) o caso não deveria ter ido para análise do ministro Edson Fachin, mas sim levado à livre distribuição no plenário do STF. Fui tachado de irresponsável.

Pois bem. Os irmãos Batista, em troca dos benefícios, relataram o pagamento de propina a quase 2.000 autoridades do país, apresentaram provas muito consistentes, contas no exterior, gravações de crimes e auxiliaram na realização de ação controlada pela polícia. Tudo isso só foi possível nos termos acordados.

É verdade que os áudios ainda não foram periciados. Nesse ponto, é preciso esclarecer que o inquérito requerido ao STF, entre outras tantas coisas, serve para viabilizar a realização dessa diligência. Ao contrário do que se vem propagando, esses áudios, apesar do impacto para a opinião pública, são apenas uma pequena parte da colaboração. Há muitas outras provas que sustentam o acordo.

Finalmente, a última objeção é a prova de desconhecimento do editorialista acerca do que opinava. Os crimes revelados pelos colaboradores eram, ao menos em parte, direcionados a obstar as investigações da Lava Jato, as quais estão sob a condução do ministro Fachin —ou seja, são fatos conexos e, portanto, deveriam ser distribuídos a ele.

Só posso, assim, imputar à ignorância —pelo benefício da dúvida— certas críticas arrogantes lançadas sobre a atuação do Ministério Público Federal nesse caso. Parece-me leviandade julgar a escolha realizada sem examinar as provas e seu alcance, desconsiderando as circunstâncias concretas e a moldura de um sistema criminal leniente.

Os reais motivos dessas pessoas estão, na verdade, mal dissimulados em supostas preocupações com a estabilidade, a economia e o bem-estar do povo.

Para esses, sou enfático: não foi a nossa instituição que corrompeu a política nacional, a vontade dos eleitores e o próprio sentido de democracia. Ao contrário, a luta do Ministério Público tem sido perene e constante contra as mazelas da corrupção que conspiram o Estado de Direito, abastardam a sociedade e roubam o futuro do país.

O fruto do esforço institucional está aí para os que têm olhos de ver: três anos de um trabalho árduo que, contra todas as probabilidades de nosso sistema criminal permissivo, encarcerou dezenas de poderosos políticos e empresários e restituiu para os cofres públicos, até o momento, o montante de quase R\$ 1 bilhão.

Os cidadãos honestos deste país devem se perguntar: se tantos críticos tinham o mapa do caminho, a solução perfeita forjada em suas mentes utópicas que solucionaria sem custos o descalabro econômico, moral e político para o qual fomos arrastados, por que não o apresentaram?

Ou melhor, por que não o colocaram em execução e evitaram o atual estado de coisas?

A resposta é muito simples. Não há caminho mágico para sair da crise criada pela incúria e desonestidade de parte da classe dirigente do país. Tirar o Brasil do círculo vicioso da corrupção terá um custo, que poderá ser pago agora ou postergado para um futuro distante.

A sociedade tomará essa decisão. Estou confiante de que a escolha, apesar das forças que operam em sentido contrário, será a favor de um futuro de justiça e prosperidade, erigido em base sólida e consistente.

O país cansou do engodo, da hipocrisia, dos voos de galinha de economia sustentada no favorecimento, de seguir para logo retroceder. A hora é de mudança.

RODRIGO JANOT, mestre em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é procurador-geral da República

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Brasília em chamas

BRASILIA - A crise que engoliu o governo atingiu um novo patamar nesta quarta-feira. O primeiro grande protesto pela saída de Michel Temer se transformou numa batalha campal na Esplanada. Com Brasília em chamas, o presidente decidiu pôr o Exército na rua. A medida extrema acirrou os ânimos no Congresso, onde voltou a haver empurra-empurra e discursos a favor da renúncia.

O confronto entre manifestantes e PM se estendeu por quase quatro horas. Militantes depredaram prédios públicos, e policiais atiraram com armas letais, em flagrante de despreparo e uso desproporcional da força.

A tensão transbordou para o Congresso, onde a ordem do Planalto era manter um "clima de normalidade". A oposição travou as votações e cercou a mesa da Câmara aos gritos de "Fora, Temer". De dedo em riste, o líder do PSOL, Glauber Braga, cobrou que o presidente Rodrigo Maia aceite os pedidos de impeachment.

Acuado, Maia se viu obrigado a suspender a sessão e pediu reforço na segurança em torno do Parlamento. Essa foi a senha para a tentativa de contra-ataque do governo.

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, discursou contra a "baderna" e anunciou o uso do Exército a pedido do presidente da Câmara. O plenário voltou a ferver com protestos, e Maia desmentiu o ministro: só havia solicitado, por escrito, o uso da Força Nacional de Segurança.

A presença dos militares radicalizou ainda mais a crise. Até hoje, o dispositivo legal usado pelo governo nunca havia servido de base para reprimir manifestações. No início da noite, a medida já havia sido contestada pela oposição, pelo governador do Distrito Federal e até por um ministro do Supremo Tribunal Federal.

Temer pode reconquistar algum apoio de eleitores de ultradireita que sonham com uma "intervenção militar", mas atiçou mais a ira dos descontentes. Por via das dúvidas, o presidente permaneceu fechado no gabinete, abrigado dos protestos e das panelas nos noticiários de TV.

25 MAI 2017

25 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

Fachin decreta sigilo de parte de áudios da delação da JBS

Havia grampos não ligados à investigação

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), determinou nesta quarta (24) o sigilo sobre parte dos áudios de interceptações telefônicas das investigações resultantes das delações da JBS.

Entre as conversas grampeadas que agora vão tramitar em sigilo estão as do senador Aécio Neves (PSDB-MG), de sua irmã, Andréa Neves, e de Rodrigo Rocha Loures, deputado agora afastado que é próximo ao presidente Michel Temer.

As conversas foram interceptadas pela Polícia Federal a pedido da Procuradoria-Geral da República e com autorização do STF. Os áudios em questão integram um lote de 2.200 gravações entregues à imprensa na semana passada pela assessoria do STF após o ministro Edson Fachin decretar o fim do sigilo do caso a pedido da Procuradoria. Muitas delas não tratam da investigação e não foram consideradas relevantes pela PF.

O recuo de Fachin, no entanto, não tem consequência prática, já que as partes e a imprensa já tiveram acesso ao material.

Uma dessas conversas traz o jornalista Reinaldo Azevedo, colunista da **Folha** e então blogueiro da revista "Veja", conversando com Andrea Neves. O jornalista não era alvo das investigações — a pessoa grampeada era Andrea.

Questionada, a PGR disse que "não anexou, não divulgou, não transcreveu, não utilizou como fundamento de nenhum pedido, nem juntou o referido diálogo aos autos".

A divulgação de conversas não relacionadas com investigações criminais está em desacordo com o princípio constitucional que garante a intimidade de cidadãos e foi criticada por especialistas. (LETÍCIA CASADO E CAMILA MATTOSO)

25 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

O jogo virou

O abalo sísmico que rachou a base do presidente Michel Temer também fez tremer o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que julga a partir de 6 de junho processo que pode levar à cassação do peemedebista. No Congresso, partidos que ainda dão sustentação a Temer contam com uma decisão da corte para abandonar de vez o barco. Pressionados, ministros admitem que, se há duas semanas a sensação era de que o presidente teria uma vitória, hoje a balança dos votos pende para a cassação.

Sintomas Na última quinta-feira (18), dia em que foi deflagrada operação da PF com base na delação da JBS, ministros do TSE discutiram nos bastidores da corte.

Sintomas 2 Um integrante do tribunal questionou os colegas se aquele seria “o melhor momento” para julgamento de tal repercussão. Foi repreendido por um ministro que disse que quem tivesse dúvida deveria pedir vista.

Esfinge Os ministros também afirmam que a sensação de imprevisibilidade do resultado se agravou diante do silêncio de Gilmar Mendes. O presidente da corte eleitoral não tem conversado a respeito da ação publicamente nem nos bastidores com colegas.

“**tiroteio**”

O ideal era que Temer renunciasse. Seria um gesto responsável e de grandeza. As acusações contra ele tratam de atos graves.

DO EX-SENADOR PEDRO SIMON (PMDB), sobre a situação política do presidente Michel Temer depois de o STF instaurar inquérito contra ele.

25 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pagamento de mensalidade escolar pode ser descontado de pensão alimentícia

Por considerar que a educação tem caráter alimentar, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reconheceu que é possível descontar da pensão alimentícia o valor gasto com mensalidade escolar, pago diretamente pelo pai.

No caso, a pensão foi arbitrada em R\$ 4,7 mil, mas o devedor pagava diretamente o valor da mensalidade escolar dos filhos, no total de R\$ 5,3 mil, sob a alegação de que temia que eles ficassem fora da escola.

Os valores pagos a título de mensalidade foram creditados para abatimento do que era devido na execução da sentença.

No recurso, a mãe das crianças questionou o método escolhido pelo pai e argumentou que, à falta do depósito, ficou sem dinheiro para cumprir com as demais necessidades das crianças, tais como alimentação e outras. Para ela, o valor das pensões devidas não poderia ser compensado com o valor das mensalidades pagas.

Segundo o relator do recurso, ministro Luis Felipe Salomão, a jurisprudência do STJ admite, em casos excepcionais, a flexibilização da regra que veda a compensação.

“Esta corte tem manifestado que a obrigação de o devedor de alimentos cumpri-la em conformidade com o fixado em sentença, sem possibilidade de compensar alimentos arbitrados em espécie com parcelas pagas in natura, pode ser flexibilizada, em casos

excepcionais, para afastar o enriquecimento indevido de uma das partes”, afirmou o ministro.

Para os ministros, a educação tem caráter alimentar, portanto o pagamento feito diretamente na forma de mensalidades escolares cumpre o que foi determinado na sentença.

25 MAI 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Universidade não é obrigada a matricular servidor transferido por vontade própria

Servidor que também estuda em universidade pública não tem o direito de, automaticamente, ser transferido de campus caso vá trabalhar em outra cidade. Com esse entendimento, a 1ª Vara Federal do Estado do Pará não acolheu pedido de uma estudante do curso de Letras da Universidade Federal do Pará.

A sentença ressaltou que “o direito à educação e à unidade familiar, de per si, não configuram hipóteses que autorizam a transferência obrigatória e, sim,

facultativa de vaga mesmo no âmbito da mesma instituição educacional”.

A estudante era servidora da Secretaria Estadual de Saúde, com lotação no município de Breves (PA), e foi aprovada para o curso de Letras – Habilitação em Português da UFPA, oferecido no campus da cidade.

Após o estágio probatório, ela obteve a remoção para a unidade da secretaria em Belém, sob a justificativa de que seu companheiro já morava na capital. Mas a universidade

indeteriu administrativamente o pedido de transferência de um campus para outro.

Em contestação, as unidades paraenses da Advocacia-Geral da União argumentaram que não havia previsão legal para a transferência compulsória a pedido de estudante, independentemente da existência de vagas, para servidores públicos que mudam de local de lotação por interesse próprio, mesmo porque a remoção nesses casos não se dá com base no interesse público.

Alimentos para ex-cônjuge, em regra, devem ter prazo certo

Os alimentos entre ex-cônjuges, salvo em situações excepcionais, devem ser fixados com prazo certo. As exceções normalmente envolvem incapacidade profissional permanente ou a impossibilidade de reinserção no mercado de trabalho. O entendimento foi reafirmado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao acolher recurso de um homem que buscava interromper pensão paga à ex-mulher por quase 20 anos.

A turma reformou acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que havia mantido o pagamento por entender que, quando do julgamento do pedido de exoneração, a ex-mulher não possuía mais condições de reingresso no mercado de trabalho, pois não tinha adquirido qualificação profissional ao longo da vida.

O relator do recurso especial, ministro Villas Bôas Cueva, lembrou que o entendimento atual do STJ busca evitar a ociosidade e impedir o parasitismo nas relações entre pessoas que se divorciam, especialmente nas situações em que, no momento da separação, há possibilidade concreta de que o beneficiário da pensão assuma “a responsabilidade sobre seu destino”.

No caso analisado, o ministro também ressaltou que o tribunal mineiro manteve a pensão com base em atestados médicos que não certificaram de forma definitiva a impossibilidade de autossustento. O relator lembrou que a mulher tinha 45 anos à época do rompimento do matrimônio e, naquela ocasião, possuía plena capacidade de ingressar no mercado profissional.

RENÉ ARIEL DOTTI

A nefasta violação do sigilo da fonte

A plena liberdade de informação jornalística, declarada expressamente na Constituição, é uma das conquistas essenciais à prática da verdadeira democracia e pressupõe a realização de três direitos: o direito de informar, inerente às atividades públicas ou privadas dos responsáveis pela transmissão da informação, oriunda de profissionais ou não, a exemplo do jornalista, professor, servidor público etc.; o direito de ser informado, relativamente ao leitor, aluno, cliente do advogado, paciente do médico, consumidor etc.; e o direito de se informar, que é facultado a qualquer pessoa quando toma a iniciativa de perguntar, ler, ver ou ouvir para conhecer qualquer fato ou situação. O acesso de todos à informação é, ao mesmo tempo, direito e garantia fundamental.

Mas é elementar que a condição indissociável da liberdade de imprensa é o resguardo do sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. Essa garantia vital foi violada com a liberação de trechos da conversa entre o jornalista Reinaldo Azevedo e Andrea Neves, que era objeto de interceptação telefônica em investigação contra seu irmão, o senador Aécio Neves.

Em seu último post no blog que mantinha na revista *Veja*, "Fim de primeiro tempo", Azevedo explica que os diálogos trataram de crítica à revista, à suposta pré-candidatura de Rodrigo Janot ao governo de Minas Gerais e dos poetas Claudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto. Nada, portanto, absolutamente nada que caracterizasse uma infração penal. São suas estas palavras: "10: o que se tem aí caracteriza um Estado policial. Uma garantia constitucional de um indivíduo está sendo agredida por algo que nada tem a ver com a investigação; 11. e também há uma agressão a uma das garantias que tem a profissão. A menos que um crime esteja sendo cometido, o sigilo da conversa de um jornalista com sua fonte é um dos pilares do jornalismo".

O mencionado trecho do grampo não foi anexado ao processo em face de sua manifesta irrelevância para fins criminais, circunstância que, além de revelar a gravidade da liberação, multiplica seu nefasto efeito para muito além do incidente processual, alcançando repercussão extraordinária no sensível e complexo terreno das liberdades públicas no qual se insere a liberdade de imprensa. O teratológico precedente no caso de Reinaldo Azevedo e Andrea Neves não afeta apenas o jornalista em sua missão de "liberdade-resistência" contra os poderes públicos: ele atenta, ainda, contra o básico direito individual de acesso à informação, desconstruindo a relação entre o portador e o receptor da informação.

A melhor definição para a liberdade de imprensa foi produzida por Thomas Jefferson, principal autor da Declaração de Independência dos Estados Unidos e seu terceiro presidente: "Se pudesse decidir se devemos ter um governo sem jornais ou jornais sem governo, eu não vacilaria em preferir a última alternativa".

A divulgação ilegal de diálogo entre o jornalista e sua fonte é um fato de extrema gravidade social e política, considerando-se o relevo dado pelo imortal Ruy Barbosa ao jornalismo crítico na antológica conferência "A imprensa e o dever da verdade", em 1920: "A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonégam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa e se acautela do que a ameaça".

A violação do sigilo da fonte anula a ampla possibilidade de acesso aos fatos de interesse geral, condição indispensável para uma democracia participativa: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição" (parágrafo único do artigo 1.º).

René Ariel Dotti é advogado, professor titular de Direito Penal e portador da Comenda do Mérito Judiciário do Estado do Paraná (2015).

25 MAI 2017

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Liberou

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná acolheu nesta semana, por três votos a zero, o pedido da VCG Empreendimentos e suspendeu a liminar concedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública que determinou a interrupção das obras do empreendimento residencial Parque das Artes, próximo ao Parque Barigui. As obras estavam paralisadas desde 2015. A decisão, segundo a incorporadora, deixou claro que não há qualquer ilegalidade no licenciamento realizado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Ainda de acordo com a empresa, o empreendimento está com 30% das unidades vendidas. Localizado às margens da BR 277, o Parque das Artes será construído em um terreno de 66,7 mil m² junto a uma área natural preservada de 41 mil m². Ao todo, o condomínio terá 196 unidades.

CELSO NASCIMENTO

FORO 1 ABUSO 1

Será nesta sexta-feira (26) o painel sobre dois projetos polêmicos que tramitam no Congresso: Prerrogativa de Foro e Abuso de Autoridade. Promovido pelo Instituto dos Advogados do Paraná e coordenado pelo advogado Francisco Zardo, o evento contará com a participação dos juristas René Dotti e Hélio Gomes, além dos procuradores Rodrigo Chemin Guimarães e Carlos Fernando Santos Lima, este último integrante da força-tarefa da Lava Jato.

FORO 2 ABUSO 2

Autor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que extingue o foro privilegiado, o senador Alvaro Dias fará palestra sobre o tema às 14 horas. O painel ocorrerá a partir das 10h no Centro de Eventos da Fiep (av. Comendador Franco, 1341., com ingressos de R\$ 50,00. Informações e inscrições pelo fone 3224-3213.

GAZETA DO POVO

Justiça manda bloquear bens de empresas e auditores fiscais da Receita Estadual

25 MAI 2017

● A Justiça do Paraná atendeu a dois pedidos do Ministério Público do estado (MP-PR) e determinou a indisponibilidade de bens de auditores fiscais e empresas envolvidos nos atos de corrupção investigados pela Operação Publicano, que investiga um esquema de fraudes dentro da Receita Estadual. Ao todo, o valor bloqueado dos investigados chega a R\$ 30,5 milhões, montante que, segundo o MP-PR equivale ao valor atualizado das propinas recebidas e também à previsão de multa.

A primeira decisão judicial, do dia 10 de maio, determinou a indisponibilidade de bens de 17 auditores, três empresas e três empresários, relacionados ao segmento de plásticos e brinquedos, num total de R\$ 6,25 milhões.

A segunda sentença, datada do último dia 16, deliberou a indisponibilidade de bens de 16 auditores, três empresas e quatro empresários, ligados ao segmento de tintas e vidros, num total de R\$ 24,26 milhões. Segundo Leonir Batisti, procurador de Justiça e coordenador estadual do Gaeco, que tem conduzido as investigações, é o mesmo grupo central de auditores fiscais que está relacionado nos dois pedidos, com poucas mudanças.

Pedido de condenação

Nessas duas últimas ações civis públicas o MP-PR pediu a condenação dos agentes públicos envolvidos por ato de improbidade administrativa, o que pode levar a sanções como o afastamento da função pública, devolução dos valores recebidos ilegalmente, multa, entre outras.

No total, o Ministério Público já contabiliza 18 ações ajuizadas no âmbito da Publicano, deflagrada em 2015 pelo Gaeco. Segundo Leonir Batisti, a atuação do órgão no caso ainda não acabou.

“Ainda tem situações a serem verificadas. Não foram concluídas totalmente as ações civis decorridas das investigações já feitas”, afirmou.

25 MAI 2017

GAZETA DO POVO

Um vespeiro que não deveria ser mexido

Uma manifestação promovida por centrais sindicais, que começou como um protesto pacífico contra o governo Temer e as reformas trabalhista e da Previdência, resultou em um confronto que deixou 49 feridos na Esplanada dos Ministérios, coração de Brasília. Prédios públicos, como o do Ministério da Agricultura, foram depredados e incendiados. A pedido do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que solicitou reforço para a segurança dos servidores, o presidente Michel Temer decretou ações de Garantia da Lei e da Ordem, medida que prevê a concessão de poder de polícia às Forças Armadas. A medida provocou reação no Congresso Nacional. Lembrando os tempos da ditadura militar, deputados temem a implantação de um Estado de exceção.

25 MAI 2017

GAZETA DO POVO

O que é pior?

A violência ou a repressão?

Atos promovidos por centrais sindicais deixam 49 feridos e põem fogo em prédios públicos. Temer convoca as Forças Armadas para levar ordem a Brasília

SÃO PAULO

Agência Estado

● Manifestantes convocados por centrais sindicais para a marcha "Ocupa Brasília" atearam fogo em prédios de ministérios, depredaram pontos de ônibus e banheiros químicos ontem à tarde. O andar térreo do Ministério da Agricultura, assim como outros prédios públicos, foi incendiado. A Polícia Militar respondeu com bombas de gás e spray de pimenta. O saldo do confronto foi de ao menos 49 feridos, entre eles um por arma de fogo. Até a noite de ontem, sete pessoas haviam sido detidas.

A resposta à violência, entretanto, pode gerar mais problemas que os atos em si. O presidente Michel Temer invocou a ação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para que as Forças Armadas contivessem os atos de violência. A medida foi anunciada no meio da tarde pelo ministro da Defesa, Raul Jungmann, que alegou "esgotamento dos meios de segurança pública, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio".

A discussão sobre o decreto provocou enfrentamentos na Câmara. Parlamentares chegaram a se agredir. Opositores classificaram a medida como uma espécie de formalização do "estado de exceção" (leia mais na página 7).

Mascarados

A marcha convocada por centrais sindicais começou por volta do meio-dia, de forma pacífica. Líderes de entidades como Força Sindical e Central Única dos Trabalhadores (CUT) alertavam de cima dos carros de som que "mascarados não seriam tolerados". A essa altura, o ato era composto em grande parte por sindicalistas que vieram a Brasília em 500 ônibus fretados, segundo a Secretaria de Segurança do Distrito Federal.

No início da tarde, houve um princípio de tumulto entre alguns jovens com o rosto coberto e policiais que faziam bloqueio da passagem até a Praça dos Três Poderes. O deputado Paulinho da Força (SD-SP) pediu que as pessoas se afastassem do alambrado e parassem de "provocar" a polícia, mas acabou vaiado. "Se vocês não pararem, eu mesmo vou descer daí e usar força", gritou Paulinho.

A confusão e o quebra-quebra começaram quando um grupo desses mascarados tentou passar além da barreira que a Polícia Militar formou para evitar que os manifestantes chegassem ao Congresso e ao Planalto. O conflito entre os jovens mascarados e a PM se intensificou ao longo

da tarde. Vários feridos foram socorridos por manifestantes que portavam água, vinagre e leite de magnésia; usados para aliviar os efeitos do gás lacrimogêneo. Alguns foram alvo de balas de borracha. Por volta das 18 horas, a Esplanada já havia sido esvaziada pela ação ostensiva da polícia.

25 MAI 2017

GAZETA DO POVO

FORÇAS ARMADAS

“Espero que a notícia não seja verdadeira”, diz ministro do STF

● O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), interrompeu a sessão do colegiado da corte para dizer que esperava não ser verdadeira a notícia de que o Executivo baixou um decreto autorizando a presença de militares nas ruas para garantir a ordem. “Voto um pouco preocupado com o contexto. Eu espero que a notícia não seja verdadeira”, disse. Nenhum outro integrante do tribunal comentou a fala do colega. Embora seja possível ouvir do plenário do tribunal o barulho de bombas e de helicópteros sobrevoando a Esplanada dos Ministérios, os ministros realizaram uma sessão de julgamentos como se nada estivesse acontecendo do lado de fora. A pauta discutia regras para a cobrança da Cofins.

25 MAI 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

TRIBUNINHAS

R\$ 33 MIL

A Mesa Diretora da Câmara decidiu ontem manter o salário de R\$ 33.763 do deputado paranaense Rodrigo Rocha Loures (PMDB), afastado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de corrupção. Loures também terá direito a continuar usufruindo da assistência saúde e pedir ressarcimento de consultas e exames.

BLOQUEIO

A Justiça do Paraná atendeu a dois pedidos do Ministério Público do Estado (MP-PR) e determinou a indisponibilidade de bens de auditores fiscais e empresas envolvidos nos atos de corrupção investigados pela Operação Publicano. Ao todo, o valor bloqueado dos investigados chega a R\$ 30,5 milhões, montante que, segundo o MP-PR equivale ao valor atualizado das propinas recebidas e também à previsão de multa.

MELHORA

O Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) deu prazo de 30 dias para a Parana Previdência melhorar a divulgação de dados em seu portal da transparência. A determinação foi feita durante a análise da prestação de contas do exercício de 2014. As contas foram julgadas regulares com ressalvas. Segundo a inspeção do TCE, a Parana Previdência deixou de divulgar as informações em tempo real e demonstrar, de forma detalhada, os recursos arrecadados e as despesas realizadas.

25 MAI 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Sucessor de Janot

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) recebeu oito candidaturas para a eleição interna que vai definir o sucessor do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que deixará o cargo em setembro. A entidade formará uma lista tríplice, que será enviada à Presidência da República. São candidatos ao cargo os procuradores Carlos Frederico Santos, Eitel Santiago, Ela Wiecko, Franklin Rodrigues da Costa, Mario Bonsaglia, Nicolao Dino, Raquel Dodge e Sandra Cureau.

Proposta recusada

O Ministério Público Federal (MPF) recusou nesta quarta-feira (24) R\$ 4 bilhões, oferecidos pelo grupo J&F, controlador do frigorífico JBS, para firmar um acordo de leniência com o órgão. Procuradores da República e executivos da empresa se reuniram durante cerca de cinco horas na sede da Procuradoria da República do Distrito Federal. Participou da reunião um dos donos da JBS, Wesley Batista. Ele é irmão de Joesley Batista, autor da gravação de conversa com o presidente Michel Temer que motivou a maior crise política do atual governo.

Sem intimidade

O ex-diretor de Abastecimento de Petrobras Paulo Roberto Costa disse em depoimento ao juiz Sérgio Moro nesta quarta-feira (24) que não tinha intimidade com o ex-presidente Lula. Ele foi ouvido como testemunha de acusação em uma ação penal da Lava Jato que envolve o ex-presidente. Segundo Costa, todos os encontros que teve com Lula foram em inaugurações de obras e outros eventos da estatal, mas sempre com outros diretores e funcionários da empresa. "Eu não tinha intimidade para ter um almoço particular com o presidente Lula", declarou.

Ministro afirma que sigilo da fonte é 'indevassável'

O ministro Celso de Mello (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu nesta quarta-feira (24) o direito de jornalistas não terem divulgadas conversas com seus interlocutores, o chamado "sigilo da fonte", garantido pela Constituição. Nesta terça (23), o site de notícias "BuzzFeed" divulgou uma conversa entre o jornalista Reinaldo Azevedo e Andrea Neves, irmã do senador afastado Aécio Neves (PSDB).

O diálogo, sem qualquer indício de crime, foi disponibilizado pelo próprio STF a partir da retirada de sigilo de todos os documentos da delação premiada da JBS. A divulgação, porém, levou Azevedo a pedir demissão da revista e provocou protes-



tos de outros jornalistas e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Questionado sobre o episódio, Celso de Mello citou julgamento da Segunda Turma do STF que reiterou a proteção ao sigilo da fonte. ●

Presidente do TJ/PR fará vistoria no local e obras do novo Forum de Palmas

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Renato Braga Bettega, visitará o município de Palmas, sul do Paraná, na próxima sexta-feira(26). A confirmação é do presidente OAB local, Eduardo Tobera, que explicou que será uma estada rápida e será recepcionado na sede da Subseção, às 18h30. Antes, porém, fará vistoria do local e início dos trabalhos para a construção do novo Fórum do Tribunal na Comarca. “Acho justo e necessário que a população esteja presente para agradecer ao presidente do TJ”, disse ele.

Antecipou o advogado que com a nova estrutura será possível pleitear uma nova Vara da Justiça Estadual e, com isso, ampliar o quadro de magistrados e servidores para atender as demandas judiciais da sociedade, empregando celeridade nos processos.

Salientou que a atual estrutura já não consegue atender adequadamente a população, pois o local é insalubre, falta espaço para realizar audiências, algumas ocorrendo com as pessoas em pé. “Isso é constrangedor para as partes dos processos”, avaliou.

O Juiz, Eduardo Vianna, reforçou a importância de uma nova sede para o Poder Judiciário da Comarca, apontando que as pessoas que procuram o Fórum o fazem após esgotados todas as outras tentativas anteriores de resolução dos conflitos e, por isso, precisam encontrar um ambiente agradável e funcional, não possível atualmente.

O atual prédio, com mais de 50 anos, será substituído por edifício moderno com 1.800 metros quadrados e mais de 156 m² de estacionamento na Rua Capitão Paulo de Araújo. O investimento será de R\$ 6.457.371,30. Os serviços de terraplenagem tiveram início na última semana.

Juiz anuncia criação de Central de Mandados na Comarca de Palmas

Comarca de Palmas será a primeira de entrância intermediária do Paraná, a ter instalada uma Central de Mandados, que concentrará a totalidade dos processos na Justiça local. O objetivo é dar efetividade e agilidade no cumprimento das decisões judiciais pelos oficiais de justiça.

O anúncio é do Juiz da Vara Cível, Eduardo Vianna, salientando que a iniciativa pioneira e outros projetos ocorrerão a partir da cessão de três servidores do município ao Poder Judiciário, com a aprovação de Projeto de Lei encaminhado à Câmara pelo Poder Executivo.

Com a instalação da central será possível coordenar os mandados, controlando as distribuições viabilizando uma melhor prestação jurisdicional para garantir celeridade e qualidade nos cumprimentos dos mandatos.

Revelou que com o auxílio dos servidores designados pela municipalidade será possível instituir um ritmo satisfatório de atendimento direto à população, principalmente a mais necessitada. “Atualmente há 4 mil processos no Juizado Especial Civil que receberão as decisões e seu ágil cumprimento”, disse ele.

Conforme relatório apresentado à OAB local, há um mês na Comarca, o magistrado procedeu 1576 despachos; 2.184 decisões; 17 audiências e 728 sentenças. Este, por sua vez, explicou que intensificou os trabalhos pelo acúmulo de processos pela ausência de Juiz na Comarca e que, brevemente, ficará também sem substituto, devendo responder também pela Vara Criminal. “No começo é necessário trabalhar um pouco mais para colocar em dia, depois normaliza. Recebi 4.500 processos no sistema eletrônico e outros 300 físicos, o que exige ampliar a jornada de trabalho, incluindo os feriados e finais de semana”, disse ele.